



Jornal FNE Edição 89 – Out/09

Esta edição especial do Engenheiro traz a cobertura do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado de 23 a 26 de setembro, em São Paulo. O evento reuniu autoridades, parlamentares, sindicalistas, especialistas das diversas áreas da engenharia e aproximadamente 800 congressistas e delegados. Ao longo de quatro dias de trabalho, entraram em pauta a organização sindical dos engenheiros, as lutas da categoria e, em especial, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, revigorado após sua atualização e ampliação. Submetido a debate e aprovação na plenária final do congresso, o documento agora inclui a discussão sobre o pré-sal e a Amazônia e traz propostas para as áreas de C&T e infraestrutura. Renova a aposta na possibilidade de expansão do PIB (Produto Interno Bruto), em patamares próximos aos 6% ao ano, e confirma o papel central dos engenheiros nesse processo.

A cobertura completa do evento traz ainda os diagnósticos e soluções propostas para setores como energia, transportes, habitação, saneamento básico e comunicações, além de análise da conjuntura política e econômica feita pelo presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann, pelo ex-governador de São Paulo e atual secretário Estadual de Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, pelo vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Cintra, pelo deputado federal Ciro Gomes (PSB/CE) e pelo consultor sindical João Guilherme Vargas Netto. A pluralidade de ideias e o vasto conhecimento dos palestrantes dão um quadro bastante preciso do momento pelo qual passa o País e os rumos a seguir. Como conclusão, a certeza de que é preciso avançar.

Boa leitura.

OPINIÃO

Uma verdadeira maratona política e sindical aconteceu entre os dias 23 e 26 de setembro, na cidade de São Paulo. Nesses quatro dias de trabalho incessante, o VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros) reuniu diariamente cerca de 800 pessoas, entre delegados, congressistas e convidados, que tiveram a oportunidade de ouvir secretários de Estado, parlamentares, especialistas das diversas áreas da engenharia e sindicalistas e debater com eles os rumos do País e do nosso movimento. Experiências e saberes de todas as partes do Brasil encontraram-se para apontar caminhos à organização da categoria nos próximos três anos.

O resultado foi o melhor possível. A partir da realização de mais esse congresso, a FNE tem nas mãos a possibilidade de dar continuidade ao trabalho sério e consistente que já vinha fazendo desde 2006 no que diz respeito ao debate sobre o desenvolvimento nacional e, ainda, a condição de fortalecer-se mais como entidade sindical, apta a unir-se ao conjunto do movimento no interesse do trabalhador brasileiro. Os debates realizados ao longo do VII Conse mostraram não só que a nossa federação e seus sindicatos filiados têm estado na direção correta, mas que também pode avançar muito.

Segue sendo carro-chefe da nossa mobilização o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Aposta ousada quando do seu lançamento, em 2006, as propostas dos engenheiros acabaram por se tornar parte importantíssima da mobilização pela volta do crescimento, meta alcançada a partir de 2007 e depois ameaçada pela crise financeira internacional. Desde então, a FNE cerrou fileiras com aqueles que defendiam o enfrentamento das dificuldades com a manutenção dos investimentos e a preservação dos empregos e da renda dos trabalhadores. Felizmente, tal corrente prevaleceu e hoje o Brasil se vê em condições vantajosas para despedir-se da turbulência econômica em posição melhor do que aquela em que entrou.

É nessa perspectiva que a FNE lança, a partir do VII Conse, a nova edição do “Cresce Brasil”, agora atualizado e ampliado, contemplando áreas estratégicas para que o Brasil alcance de fato o progresso. Debatido e aprovado na plenária final, o documento aborda as oportunidades do pré-sal, que exigirá investimentos em tecnologia para que seja de fato explorado, mas que pode ser a grande fonte de recursos para que o País de um salto no seu estágio de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e inclusive ambiental. Outra questão estratégica é a Amazônia, que deve ser vista como uma grande solução para os brasileiros, e não um problema. Há que se implantar um projeto que assegure a preservação, mas possibilite a exploração sustentável de sua biodiversidade, revertendo-se sua riqueza natural em condições de vida digna, especialmente para sua população. Reafirma-se ainda a necessidade de se investir em ciência, tecnologia e inovação e na infraestrutura nacional. E, claro, em cérebros. Para chegar ao futuro que vislumbramos, o Brasil precisa de muito mais engenheiros, devidamente qualificados para buscar soluções aos nossos desafios.

Murilo Celso de Campos Pinheiro é presidente da FNE

VII CONSE 1

Primeira nação a combater de forma eficaz os impactos da crise financeira global, o País volta a viver momento auspicioso. Para não desperdiçá-lo, os engenheiros são cruciais. A análise foi feita por autoridades e especialistas na abertura do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros) e em diversas palestras ao longo de sua realização, relativas à conjuntura política e econômica atual. Promovido a cada três anos pela FNE, o evento ocorreu entre 23 e 26 de setembro, no Novotel São Paulo Center Norte, na Capital paulista, e reuniu um público de cerca de 800 profissionais, personalidades e estudantes por dia. Entre os participantes, representantes dos Senges de diversos estados e de outras entidades sindicais, associativas e conselhos regionais também de várias partes do Brasil. Sob o mote “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a superação da crise”, a iniciativa atualiza o manifesto lançado por ocasião do VI Conse, que propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Na abertura, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, reiterou a importância fundamental dos debates no congresso, lembrando que as propostas resultantes de sua sexta edição foram decisivas para que o Governo formulasse e apresentasse o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Afirmando que a opção por investimentos contribuiu para a saída da crise financeira que se iniciou a partir de meados do ano passado, os vários secretários de Estado de São Paulo presentes – Sidney Beraldo (Gestão Pública), Dilma Seli Pena (Saneamento e Energia) e Claury Alves da Silva (Esporte, Lazer e Turismo) – ressaltaram a importância da discussão organizada pela federação, o papel dos engenheiros como indutores do desenvolvimento e o momento oportuno à formulação de ideias para que se consolide um país mais justo. Os vereadores paulistanos Eliseu Gabriel (PSB) e Jamil Murad (PCdoB) enfatizaram ainda que, superada a noção de Estado mínimo, o Brasil demanda um plano nacional de desenvolvimento, e os engenheiros são chamados a contribuir. “Quero receber os resultados desse congresso. Vamos tentar nos articular para a Câmara Municipal de São Paulo contribuir com esse processo”, prometeu o último deles.

No mesmo tom, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) foi adiante: “Acho que retomamos o ambiente de otimismo e a crença na capacidade de enfrentamento de obstáculos e realização no sentido de transformação do mundo, com mais equilíbrio social e fortalecimento do nosso país. O congresso que realizam já encontra esse novo ambiente de possibilidades que se abrem. Que ajude o Brasil a apostar no projeto civilizatório que marca sua construção e a enfrentar seus desafios.”

Também prestigiaram a iniciativa o deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP); os presidentes do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Marcos Túlio de Melo, do Sinaenco (Sindicato Nacional da Engenharia e Arquitetura Consultiva), José Roberto Bernasconi, e da VDI Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha), Edgar Horny; os secretários de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, José Carlos Rauen, da Habitação e das Cidades do Mato Grosso do Sul, Carlos Marun, de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, Valter Galina; além de Teresa Brito (PV), vereadora de Teresina,

dos deputados estaduais de São Paulo, Simão Pedro (PT) e Padre Afonso Lobato (PV), e do Amapá, Jorge Amanajás (PSDB).

A solenidade de abertura foi ainda marcada pelo lançamento do selo personalizado e carimbo comemorativos do VII Conse, com a presença do coordenador-geral dos Correios, João Carlos da Silva. Encerrando-a, um espetáculo do poeta e humorista nordestino Jessier Quirino.

Redefinir o papel do Estado

Abrindo o ciclo de palestras do congresso, o presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann, falou sobre as perspectivas de o Brasil avançar e se estabelecer como potência mundial. Segundo ele, a crise mundial provocou uma decadência relativa dos Estados Unidos e abriu espaço para que o País possa liderar a região sul-americana. “Com o milagre do pré-sal, não podemos desperdiçar essa oportunidade. Precisamos de uma maioria que lidere um projeto de desenvolvimento forçando uma maior convergência entre as políticas fiscal e monetária.” Com isso, o Brasil superaria seu histórico de desigualdades sociais.

Para o vice-presidente da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e secretário municipal do Trabalho de São Paulo, Marcos Cintra, os efeitos da turbulência financeira internacional foram de fato muito mais drásticos nos países ricos. “A crise veio apenas mostrar como as nossas instituições estão fortes e preparadas para tornar esta uma nação evoluída.” Conforme sua preleção, a economia brasileira encontra-se numa situação estável, como consequência das contas externas estarem em ordem, as reservas adequadas e a inflação sob controle. Isso permitiu que a recuperação acontecesse num período relativamente curto. Além disso, o Governo Federal vem atuando de forma compensatória, investindo em áreas com potencial de geração de empregos, desonerando alguns setores e aumentando o crédito pelos bancos públicos. Exemplo foi a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que ajudou os segmentos automobilístico, da construção civil e dos eletrodomésticos, os quais já vêm registrando nível de produção próximo aos anteriores à crise financeira mundial. O secretário enfatizou também que o Brasil hoje é tido como “a bola da vez”, por conta do seu enorme potencial de crescimento, mercado interno em expansão e estabilidade econômica.

Não desperdiçar essa oportunidade passa ainda, conforme Pochmann, pelo avanço no sistema de tecnologia e inovação e pela redefinição do Estado brasileiro através de um conjunto de reformulações em todos os setores da sociedade, principalmente na educação. “Apenas 13% dos jovens brasileiros estão na universidade. O conhecimento será o principal ativo, e o mínimo que a sociedade da informação exige é a graduação. Temos que abandonar a escola utilitarista, que visa apenas o trabalho, e não a vida toda. Estamos cada vez mais ignorantes.” Isso acontece porque a maioria das famílias brasileiras não tem condições de financiar a educação dos filhos, e eles são obrigados a trabalhar desde cedo. “A jornada é igual à dos operários do século XIX”, afirmou.

Na mesma linha, Geraldo Alckmin, secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, destacou que nos países que mais crescem no mundo, como China e Índia, a graduação na

área tecnológica chega a 30% do total de estudantes. No Brasil, situa-se em menos de um quarto desse percentual. Indica, como atestou ele, a carência na formação de engenheiros para que induzam e contribuam ao desenvolvimento nacional. Na sua avaliação, diante do momento chamado pós-crise, a demanda por esses profissionais, em especial na administração pública, deve se acentuar, o que refletirá em necessária valorização da categoria por parte dos entes federados.

Comentando esse cenário de oportunidades ao País, Alckmin expôs as ações tomadas pelo Governo do Estado para retomá-lo frente à crise financeira global. Conforme sua fala, a opção foi por aumentar os investimentos públicos em segmentos essenciais, como saneamento e transportes. Assim, estão sendo destinados neste ano R\$ 20,6 bilhões a obras de infraestrutura. Além disso, de acordo com o secretário, têm sido assegurados estímulos a inversões privadas, com desoneração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). “O foco é nos setores que mais empregam, num total de 119.” Esses são cobertos sobretudo por micro e pequenos negócios, que, de acordo com Pochmann, correspondem a 70% dos postos gerados no Brasil. Portanto, lembrou, é preciso atendê-los, invertendo o atual modelo de produção, que beneficia apenas as grandes corporações.

Corrigir assimetrias

Para jogar luz sobre os desafios contemporâneos, como esse, o deputado federal Ciro Gomes (PSB/CE) iniciou sua palestra durante o VII Conse trazendo uma reflexão algo filosófica. A de que a felicidade humana transitou para a busca por conquistas absolutamente materiais, para “o quanto de expectativas de consumo nos damos conta de praticar com a renda apertada”. Essa distorção, na qual a mídia tem papel preponderante, ocorre em um panorama globalizado. “A vida cotidiana é influenciada pela forma como o País se relaciona com o mundo. O que importa é apenas replicarmos as belezas do Atlântico Norte, isso é uma tragédia que a crise econômica revelou os limites.” Para o parlamentar, é necessário lutar por uma nova ordem internacional, assentada na paz e em outros valores.

A introdução teve por objetivo propiciar que se pense o Brasil estrategicamente, em que 84% das pessoas moram em cidades, há mais TVs nas casas do que geladeiras e já são 50 milhões de acessos à Internet. “O País está no último estágio do consumo. É a bolsa Louis Vuitton, o tênis Nike que conferem valor ao cidadão.” Para além da premência de mudar esse modelo, o questionamento: a condição de empreender para concorrer nesse quadro é global? A resposta é não.

Para Ciro, isso em função de assimetrias em nível nacional, como falta de financiamento para novos e pequenos negócios, ausência de escala na fabricação e o desafio de acompanhar o avanço das tecnologias, cujo local de produção torna-se irrelevante, mas o domínio continua a ser intrinsecamente nacional. “O Brasil está melhorando, mas sua indústria continua em média atrasada três gerações. E sete a cada dez postos são germinados em pequenas empresas. É preciso abrir o olho aos novos modelos de organizar nossa atitude cooperativa”, atestou.

Na opinião do deputado, não é possível mais acreditar nas forças de mercado. Tampouco o caminho é buscar atalhos apressados, como soluções meramente protecionistas. A nova configuração mundial demanda recuperar a ideia de um projeto nacional de desenvolvimento como objetivo estratégico. “O planejamento moderno há que se validar, mas é preciso convocar as inteligências e estabelecer a dialética com a realidade do País.” Esta é uma nação por fazer e faltam engenheiros para tanto. “Não há como superar as assimetrias competitivas sem esses profissionais e sem educação.”

O presidente do Ipea concluiu: o que permitirá ou não avançarmos será o processo eleitoral do próximo ano. “Devemos atentar aos projetos futuros que deem continuidade à expansão econômica com melhorias sociais.”

* Colaborou Lucélia Barbosa

VII CONSE 2

No primeiro dia de trabalho do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), em 24 de setembro, especialistas constataram que modelos e conceitos ainda em voga no País em diversos setores essenciais precisam ser superados. Para abordar os problemas na área de transportes, Ailton Brasiliense, presidente da ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), tomou como exemplo o caos que impera na capital paulista.

Ele lembrou que a cidade, que hoje tem 11 milhões de habitantes, abandonou um processo racional de desenvolvimento pensado sobre trilhos a partir dos anos 50, fazendo a opção crescente pelo automóvel. Com isso, a ferrovia ficou estacionada em 130km e o transporte individual passou a prevalecer sobre o coletivo. Como consequência, a frota de carros já chega a 5 milhões e os paulistanos convivem com congestionamentos diários de 120km em média. “O estímulo à compra do automóvel, o encarecimento da terra, um arrocho salarial brutal e uma cidade segregada levam ao modelo em que é difícil circular e, à medida que se alongam as distâncias, a velocidade dos ônibus fica menor e as tarifas, mais altas. A deseconomia à cidade é brutal”, descreveu. Frente ao quadro perverso, Brasiliense foi categórico: “Temos que mudar tudo. Reconstruir a cidade, atendendo às premissas social, ambiental, econômica, energética e urbanística.”

Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Adilson de Oliveira salientou que também na área energética é fundamental pensar um modelo sustentável, “mais assentado nos biocombustíveis”. Na sua concepção, o País tem todas as condições de liderar o processo de transição energética global que se configura – saindo dos combustíveis fósseis para alternativas consideradas limpas –, e a grande oportunidade de criar nexos de integração regional e com o resto do mundo.

Resgatar o caráter público das comunicações é tarefa urgente, segundo o professor da UFRJ Marcos Dantas. “A vida é pautada pelas comunicações, portanto, esse debate interessa ao conjunto da sociedade e deve ter sua participação.” Durante o VII Conse, a categoria foi, assim, chamada à discussão que se travará na I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), entre os dias 1º e 3 de dezembro próximo, em Brasília. “Não apenas porque se abordarão questões essenciais como conteúdo e financiamento no setor, mas também porque o novo cenário de convergência tecnológica que se sedimenta está ligado diretamente à engenharia”, enfatizou. Entre outros motivos porque terá importância para revitalizar a indústria eletroeletrônica nacional, o que reverterá em empregos aos profissionais da área tecnológica.

Viver dignamente

Em sua palestra, Lair Krähenbühl, secretário da Habitação do Estado de São Paulo, apresentou as ações da sua pasta para reduzir o déficit habitacional paulista, hoje estimado em 880 mil moradias. Entre elas, o programa “Cidade Legal”, de Regularização de Núcleos Habitacionais. “Defendemos a necessidade de um aperfeiçoamento contínuo, e os profissionais de engenharia têm papel fundamental nesse contexto”, enfatizou.

Outra demanda social fundamental e hoje precariamente atendida foi abordada por Leodegar Tiscoski, secretário Nacional de Saneamento Ambiental. Com R\$ 40 bilhões previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para investimentos até 2010, o setor demanda R\$ 250 bilhões para que os serviços de água e esgoto, incluindo coleta e tratamento, sejam universalizados. Para que a meta seja atingida, ele propõe mobilização social, a luta contra o desperdício e, especialmente, a qualificação técnica. “Faltam muitos projetos de saneamento ambiental no Brasil, principalmente de confiabilidade, e tenho certeza que a FNE pode nos ajudar nessa empreitada”, concluiu.

De acordo com o secretário, o resultado do PAC poderá ser mensurado através da PNSB (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico), em execução, que vai permitir uma fotografia da situação atual em cinco anos, quando as obras começarem a surtir efeito.

* Colaborou Soraya Misleh

VII CONSE 3

O professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) Marco Aurélio Cabral Pinto deu início às atividades do dia 25 de setembro, no VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), com uma previsão otimista: há consenso entre aqueles de visão desenvolvimentista de que os próximos cinco anos serão virtuosos para o Brasil. Ele indicou cinco eixos de projetos que vão

garantir à Nação prosperidade nesse período, com taxas de crescimento acima de 5%: as reservas de petróleo da camada do pré-sal, o agronegócio, “que vai avançar com empregos de maior intensidade tecnológica”, a industrialização, grandes iniciativas de construção civil e infraestrutura logística no Brasil.

Para dar conta do primeiro desses grandes desafios, o pré-sal, ele acredita ser necessário desenvolvimento tecnológico, implantação de novas cadeias produtivas e assegurar a formação de mão de obra para contribuir nesse processo. Para explorar essa riqueza, conforme sua fala, a ideia do Governo é montar um complexo petrolífero nacional, com cerca de 200 embarcações, o que exigirá formar, num curto espaço de tempo, 200 mil engenheiros e técnicos. “Vamos aproveitar o desafio como projeto mobilizador de recursos a ciência e tecnologia de forma planejada. Isso pode ser melhor cumprido se combinado com a criação em escala de pequenas empresas de base tecnológica”, propôs. E fez uma advertência: “O pré-sal coloca-se como o Eldorado do imaginário popular, mas petróleo move a geopolítica global e é preciso agir com astúcia, além de distribuir seus recursos.”

Newton José Leme Duarte, diretor-geral da Siemens, enfatizou o papel da indústria nesse processo, a qual, através da engenharia, terá que lidar com desafios como a urbanização acelerada, as alterações climáticas e a mudança demográfica que se verificam em todo o mundo, bem como sua inserção em um cenário globalizado. O diretor apontou também a importância de as empresas promoverem a inovação e de se fortalecer a parceria universidade-empresa à pesquisa e desenvolvimento, uma das bandeiras levantadas pelo projeto capitaneado pela FNE.

Floresta preciosa

A Amazônia, outro tema estratégico para o País, entrou em pauta no mesmo dia e foi abordada pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) e o estadual, Jorge Amanajás (PSDB), presidente da Assembleia do Amapá. Ambos criticaram aquilo que consideram uma invasão das organizações estrangeiras que atuam na localidade sob o lema “preservação ambiental” e propuseram que seja enfrentado o desafio de se implementar um plano de desenvolvimento sustentável para a região, que leve em conta não apenas a preservação da floresta, mas também o bem-estar dos 25 milhões de habitantes da Amazônia. “Precisamos mobilizar técnicos e engenheiros para fazer um diagnóstico e implantar um projeto da região mais cobiçada do mundo”, afirmou Rebelo. Ele sugere ainda a construção de centros de pesquisas que seriam administrados pelas universidades brasileiras com o objetivo de explorar a biodiversidade.

O deputado federal apontou também problemas nos processos de demarcação de terras indígenas, que muitas vezes desprezam a realidade local. “Essa deve ser feita respeitando-se a situação atual desses povos. Não podemos desalojá-los ou impedi-los de escolher o seu futuro. Os jovens índios não querem mais plantar bananas, e sim estudar, evoluir.”

Amanajás também ressaltou a necessidade de se atender à população amazônica, o que, em sua opinião, exigiria a possibilidade de se desenvolver a agricultura. “O problema não está na

devastação, mas na falta de conhecimento para explorar a Amazônia e descobrir as suas potencialidades. Precisamos de recursos financeiros e por isso faço um apelo: que seja criado um fundo de desenvolvimento e proteção”, finalizou.

Desafios do agronegócio

A expansão do agronegócio nos últimos anos foi tema da palestra de Ivan Wedekin, diretor de Commodities da BM&F Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Conforme explicou, a diversificação das culturas plantadas fez o País despontar como um dos maiores exportadores de uma série de commodities, como soja, café, carnes e etanol. “A atividade é responsável por 37% dos empregos, 26% do PIB (Produto Interno Bruto) e 36% da exportação do Brasil.”

Wedekin apontou as diversas vantagens que o País possui, como terras agricultáveis, grande disponibilidade de água, condições de clima favoráveis e domínio de tecnologia. “Poucos países têm espaço para crescer como o nosso, somos bastante competitivos e atraímos capital”, afirmou.

Ele enumerou alguns pontos para fortalecer ainda mais o agronegócio brasileiro. “Precisamos baixar a carga fiscal, investir em tecnologia e infraestrutura e implantar o seguro rural.”

*Colaborou Soraya Misleh

VII CONSE 4

Após três dias de debates sobre a conjuntura política e econômica e as propostas da engenharia para o País, entraram em pauta, em 26 de setembro, data de encerramento do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), as questões sindical e trabalhista. Na visão do analista político e sindical João Guilherme Vargas Netto, o momento é de transição para o movimento dos trabalhadores, mascarada primeiramente pelo esforço de recolocar o Estado como centro da preocupação e, com isso, promover iniciativas que recuperem seu papel nas políticas públicas. “Esse é o eixo do projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’, originado a partir dessa concepção e que tem forte impacto nessa nova etapa de desenvolvimento da nossa sociedade”, ponderou. Aspecto fundamental do momento atual é ainda o reconhecimento legal das centrais sindicais e a unidade de ação, o que lhes assegura protagonismo e forte participação e influência nas decisões governamentais.

Para ele, outro exemplo é a criação da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). “A nova entidade é a grande janela sindical para reconstruir a malha de representação dos profissionais de classe média. E o papel da FNE nessa constituição foi estratégico.”

Representando a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Altamiro Borges apontou perspectivas otimistas ao movimento sindical brasileiro, apesar do “susto” causado pela crise financeira global, que acabou por abrir “uma janela de oportunidades”, em que as organizações dos trabalhadores tiveram papel decisivo por terem feito reivindicações que tornaram mais fácil ao País administrar a turbulência. “Conseguimos o acordo de valorização do salário mínimo, não só com recomposição, mas vinculado ao PIB (Produto Interno Bruto) e com isso contribuimos para reforçar o mercado interno”, destacou. Além disso, como constatou, o sindicalismo não deixou de discutir desenvolvimento, a exemplo dos engenheiros com o “Cresce Brasil”, com clara visão de futuro. No cenário desenhado, coloca-se a possibilidade de aprovação, ainda neste ano, de bandeiras históricas como a redução da jornada para 40 horas semanais sem diminuição de salário. Face a essa perspectiva, para o representante da CTB, é o momento de avançar na luta e fortalecer a unidade de ação.

Washington Aparecido dos Santos, o Maradona, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e UGT (União Geral dos Trabalhadores), ratificou a importância de o conjunto do movimento sindical articular suas lutas unitariamente e enfatizou a parceria com o Seesp em São Paulo para a obtenção de maiores conquistas no setor elétrico no Estado.

José Tadeu da Silva, presidente do Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo), também destacou o apoio ao projeto “Cresce Brasil” e sua importância. “Se tivermos a engenharia unida, conseguiremos fazer deste um país cada vez mais justo”, concluiu Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE.

Serviço público

Entre os palestrantes, José Roberto de Melo, superintendente Regional do Trabalho de São Paulo, representando o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, colocou a seccional paulista à disposição do Seesp e prometeu fazer gestões junto aos demais superintendentes estaduais para maior aproximação com os Senges.

Em palestra dois dias antes, o secretário Nacional das Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros, já havia destacado os esforços do Ministério para aprimorar o movimento dos trabalhadores. “Queremos sindicatos fortes e representativos”, asseverou, salientando a criação da CNTU como dado positivo desse empenho.

Ele abordou ainda as mudanças que têm sido implantadas para agilizar o atendimento ao trabalhador, às empresas e até à Justiça. Segundo Medeiros, os acordos e convenções coletivas, que devem ser registrados junto ao Ministério para ter força de lei, hoje estão disponíveis na Internet, possibilitando o acesso fácil a esses documentos. Outra novidade, ainda em desenvolvimento, é o sistema homolognet, que permitirá ao trabalhador ter acesso ao cálculo do que tem a receber para que não seja lesado durante a homologação de sua demissão.

Terceirização

Além disso, o secretário criticou a terceirização de mão de obra feita de forma indiscriminada. “No Brasil, isso tem sido sinônimo de precarização do trabalho”, afirmou. Ele lembrou que não há, no País, legislação sobre o tema, o que tem causado, por um lado, a “má terceirização, que serve para reduzir salários”, e, por outro, a insegurança jurídica das empresas, que não sabem quando podem se valer dessa forma de contratação. “Há um enunciado do TST (Tribunal Superior do Trabalho) segundo o qual é permitido para atividades-fim e não para atividades-meio. No entanto, hoje, com as mudanças na produção, fica difícil saber o que é uma coisa ou outra. A interpretação fica a cargo do fiscal do trabalho, do procurador ou do juiz”, ponderou.

Diante do problema, informou, o Ministério do Trabalho e Emprego estuda uma solução em que se permita a terceirização de serviço, não de pessoal. “Nessa situação, uma empresa pode contratar outra, especializada num determinado segmento, mas que terá os seus funcionários devidamente registrados.”

* Colaborou Soraya Misleh

VII CONSE 5

Além do pleito em questão, final do VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), no dia 26 de setembro, incluiu plenária que aprovou plano plurianual de trabalho da federação por unanimidade e carta que reúne as conclusões do evento (ambas podem ser lidas na íntegra no site www.fne.org.br). Nessa assembleia, foi ainda deliberada atualização do documento “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – que propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social. Tal estará concluído no final de outubro e abrangerá as sugestões feitas pelos engenheiros.

O processo eleitoral teve a participação dos delegados dos 18 sindicatos filiados à FNE. Com 133 votos, foi escolhida para comandar a entidade no triênio 2010-2013 a chapa 1, que tem à frente Murilo Celso de Campos Pinheiro, reconduzido, portanto, ao cargo (veja abaixo diretoria completa). Além da luta pelo respeito ao salário mínimo profissional nas administrações e órgãos públicos dos diversos estados brasileiros e pela valorização da categoria, o programa da federação mostra também sua preocupação em contribuir ao desenvolvimento do País. Assim, o projeto “Cresce Brasil” deverá, segundo suas diretrizes de trabalho, estar presente “em todas as discussões, em qualquer estado ou cidade, para encontrar caminhos sustentados ao crescimento desta nação”. Ainda nessa linha, o plano plurianual inclui o monitoramento das ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a exemplo do que já vem sendo feito pela FNE, e a atuação intensa em prol de reformas estruturais e conjunturais no País.

Também entre suas diretrizes, o trabalho junto ao Governo Federal “na definição e implementação de uma política de incentivo à oferta do primeiro emprego para engenheiros recém-formados, com metas definidas”. E o incentivo e ampliação à criação dos conselhos tecnológicos nos sindicatos de engenheiros.

Conclusões e moções

Na carta de encerramento do Conse, a FNE reafirma sua pretensão de contribuir com o crescimento sustentável do Brasil e a consciência da importância do papel dos engenheiros para tanto. Após um diagnóstico que aponta conjuntura favorável, a categoria apresenta no documento os dois principais desafios que se apresentam no Brasil: “a implementação de um projeto nacional de desenvolvimento que una e galvanize todos os segmentos da sociedade brasileira e o enfrentamento vigoroso das desigualdades regionais e sociais”. A carta relaciona ainda iniciativas em áreas estratégicas – como energia, transportes, saneamento básico e habitação, telecomunicações, ciência, tecnologia e inovação, mobilidade urbana e agronegócio – para atender tais demandas. Além disso, abrange ações na Amazônia e a implantação da engenharia pública nos municípios brasileiros.

Na plenária final do congresso, foram também aprovadas diversas propostas e moções, como as relativas à criação de um fórum permanente de discussões no site da FNE e ao engajamento dos diversos sindicatos de engenheiros no processo da I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), que acontece de 1º a 3 de dezembro próximo, em Brasília. Decidiu-se igualmente pela participação nas Conferências das Cidades, cujo evento conclusivo está programado para 24 a 28 de maio do próximo ano, também na Capital Federal. E o repúdio a projeto de lei que pretende retirar atribuições dos agrônomos e limitar o exercício de sua profissão, entre várias outras.

Gestão 2010-2013

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Maria de Fátima Ribeiro Có

Diretor financeiro

Carlos Bastos Abraham

Diretor financeiro adjunto

Luiz Benedito de Lima Neto

Diretor administrativo

Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor administrativo adjunto

Manuel José Menezes Vieira

Diretor de Relações Internas

Augusto César de Freitas Barros

Diretora de Relações Institucionais

Maria Odinéa de Melo Ribeiro

Diretor operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais

Norte

Sebastião Aguiar Fonseca Dias

Nordeste

José Ailton Ferreira Pacheco

Centro-Oeste

Cláudio Henrique Bezerra Azevedo

Sudeste

Clarice Maria de Aquino Soraggi

Sul

José Luiz Bortoli Azambuja

Conselheiros fiscais

Efetivos

Thereza Neumann Santos de Freitas

José Carlos Rauen

Arthur Chinzarian

Suplentes

João Alberto Rodrigues Aragão

Lincoln Silva Américo

Representantes na Confederação

José Luiz Lins dos Santos (titular)

Wissler Botelho Barroso (suplente)

SINDICAL

CE

Sindicato promove lançamento de livro

No dia 21 de agosto, o Senge, em parceria com o Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará), lançou o livro “Temas de Engenharia Civil”, de Anísio de Souza, na ExpoConstruir 2009 – Feira de Materiais e Sistemas Construtivos. A obra reúne 348 questões comentadas da área, abrangendo os assuntos mais explorados em concursos públicos. Segundo o escritor, o livro também é uma compilação didática e aborda assuntos como urbanização, resistência dos materiais, análise estrutural, concreto armado e protendido e materiais de construção civil. Em seu conteúdo, traz ainda matérias do curso de graduação em Engenharia Civil recheadas de ilustrações. O sindicato defende e apoia os interesses individuais e coletivos dos profissionais da área tecnológica – engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas e outros –, oferecendo-lhes orientação, capacitação, qualificação profissional e divulgação de seus trabalhos técnicos.

MA

Aula inaugural na Ufma

Quais as contribuições do Sistema Confea/Creas, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do poder público municipal para o ensino da engenharia no Estado? Para responder essas questões, ocorreram palestras durante a aula inaugural da disciplina Tópicos Especiais – Engenharia, Sociedade e Segurança do Trabalho, dos cursos de Engenharia Elétrica e Química, no auditório do Departamento de Engenharia da Ufma (Universidade Federal do Maranhão), no dia 4 de setembro último. A professora Fátima Santos Faria lembrou da primeira experiência da parceria entre a universidade e o Senge ao criar essa cadeira no primeiro semestre de 2008. Isso possibilitou aos estudantes entenderem o que representam em suas vidas as organizações de classe, como as associações, os conselhos e o sindicato. Para a presidente do Senge-MA, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, essa aula cumpre seu papel “ao

trazer à tona uma discussão que nos leva a contribuir para uma melhor formação do futuro profissional. Isso porque possibilita a sua integração aos diversos segmentos em que atuará”. A mesa-redonda foi composta por Danilo Sili Borges, assessor da Presidência do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Iran Souza Vidal, da Fiema (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão) e pelo vereador de São Luís, José Joaquim Guimarães Ramos (PSDC). Também estavam presentes Natalino Salgado e Antônio Oliveira, reitor e vice-reitor da Ufma, os alunos e docentes de Engenharia Elétrica e Química dessa universidade e Silvana Mitri, representando o reitor do Ifma (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão).

PI

Minuta de PLC foi enviada ao prefeito

A diretoria do Senge-PI, no dia 15 de setembro último, protocolou ofício enviado ao prefeito de Teresina, Silvio Mendes, encaminhando minuta de Projeto de Lei Complementar que estabelece o piso profissional do engenheiro e do arquiteto servidores desse município. Segundo Antônio Florentino Filho, presidente do sindicato, “é a continuação de um processo que se desencadeou na aprovação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) da Prefeitura Municipal de Teresina, quando solicitamos que fosse implementado o piso dos engenheiros naquele plano”. Na ocasião, “não fomos contemplados, mas, com a ajuda da vereadora Teresa Brito (PV), buscamos sensibilizar o prefeito para que atenda esse pleito antigo”. Iniciativas desse tipo têm sido bem-sucedidas nos estados de Alagoas e Acre e nos municípios de Natal, Rio Branco e Maceió, que já implantaram seus planos atendendo o salário profissional, informou Florentino. A vereadora, durante a visita da direção do sindicato ao seu gabinete, comprometeu-se a manter a luta pela aprovação da lei, informando que levará em forma de indicativo à Câmara Municipal a minuta encaminhada ao Executivo.

RN

Lei 4.950-A é aplicada pelo Estado e capital

Cerca de 150 engenheiros, arquitetos, agrônomos e geólogos da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte voltaram a ter seus vencimentos corrigidos, através de deliberação da governadora Wilma Maria de Faria, atendendo a decisões judiciais. Com isso, esses profissionais passaram a ter seus salários regularizados conforme a Lei Federal nº 4.950-A/66. O salário retroativo a fevereiro de 2009 foi pago em maio último. Em Natal, aproximadamente 200 funcionários estatutários foram beneficiados com a Lei nº 5.951, de 13/8/2009, também baseada na lei federal, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, sob a liderança do vereador Enildo Alves (PSB), e sancionada pela prefeita Micarla Araújo de Sousa Weber, com efeitos retroativos ao mês de junho de 2009 e respeitando todos os direitos adquiridos pela categoria. Segundo Marcos José Rodrigues Farias, presidente em exercício do Senge-RN, todo o processo de negociação foi acompanhado pela diretoria do sindicato, através dos engenheiros Glicemar Sátiro, Marcos de Melo Coelho e Roberto Fausto. Na sua

avaliação, “a sensibilidade por parte da governadora e da prefeita foi importante para dar mais tranquilidade ao trabalho dessa categoria ao desenvolvimento do Estado e da sua capital”.

RS

Orçamento da Emater sem reajustes

Mesmo com a mobilização da Frente em Defesa da Extensão Rural, composta por seis entidades representativas dos trabalhadores na Emater-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), não ocorreu a ampliação do orçamento da companhia para R\$ 120 milhões anuais. A verba prevista em 2010 é de R\$ 84 milhões e representa 34% dos R\$ 241.387.711,00, destinados à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Cooperativismo e Agronegócio. O valor corresponde a 0,26% do total do orçamento do Estado para o próximo ano, que ficou em R\$ 32.931.434.032,00. Esses dados foram divulgados no dia 17 de setembro, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, através do Projeto de Lei nº 226/2009. Em 2007, o Governo Estadual demitiu cerca de 500 funcionários dessa companhia e repôs apenas 20% dos postos de trabalho em três anos. Em contrapartida, o número de famílias atendidas aumentou de 246 mil para 292 mil até o momento. O presidente do Senge, José Luiz Azambuja, destacou que o orçamento da Emater está há três anos sem reajustes, prejudicando principalmente quem sobrevive da agricultura familiar. “Tentamos alertar o Executivo com campanhas e ações, mas não houve sensibilidade para com as famílias que dependem desse serviço.”

Seminário em outubro

A Política Nacional da Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), apresentada pelo Governo Federal através do Projeto de Lei nº 5.665, será um dos temas do “Seminário Nacional de Ater Pública – Visão Estratégica de Governo para o Desenvolvimento Rural Sustentável”, a ser realizado pelo Senge-RS em 21 de outubro, no Hotel Serrano, em Gramado. Esse integra a programação do XXVI Congresso Brasileiro de Agronomia, que ocorrerá entre os dias 20 e 23, no mesmo local. As inscrições podem ser feitas pelo site www.cba2009.com.

RR

Dirigentes reivindicam reestruturação do PCCS

Durante o encontro do Colégio de Presidentes dos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), realizado no dia 16 de junho último, em Boa Vista, os presidentes do Senge-RR, Willams Lopes Pereira, do Confea (Conselho Federal), Marcos Túlio de Melo, e de 27 Creas pleitearam o cumprimento do salário mínimo em Roraima, em visita ao governador José de Anchieta Júnior. Na ocasião, Pereira enfatizou que, somente através de uma reestruturação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) para os engenheiros no Estado, a Lei nº 4.950-A/66 será realidade. Além disso, frisou que “basta o Governo ter boa vontade

para que até o final do ano essa matéria seja analisada pela Casa Civil e enviada ao Legislativo para se tornar lei”.

O presidente do Senge, através de ofício, aproveitou para reiterar o pedido para a instalação dessa entidade no prédio do Palácio dos Sindicatos. O governador garantiu que envidará esforços para tanto.

SC

Rauen participa do Architectour 2009

Florianópolis sediou em setembro último a segunda edição do Architectour 2009, reunindo cerca de 500 participantes de vários estados brasileiros e países, como Brasil, Uruguai, Argentina e França, durante três dias. O encontro apresentou exemplos concretos de casos de sucesso no planejamento urbano ao redor do mundo e políticas públicas para o crescimento de uma cidade, em um intercâmbio global de experiências, estratégias e soluções inovadoras. O primeiro dia foi marcado pela presença da arquiteta francesa, Elizabeth de Portzamparc, ao apresentar pela primeira vez a maquete do Centro Cultural França-Brasil, a ser construído na Beiramar Norte, ao lado da Casa do Governador. Segundo o presidente do Senge-SC, José Carlos Rauen, que também participou dos debates, o evento teve destaques como o arquiteto espanhol Carlos Lamela e o brasileiro Eduardo de Castro Mello. O primeiro mostrou a grande construção do estádio do Real Madrid, o segundo, o projeto que apresentou à Fifa para a reconstrução do Estádio de Brasília (Mané Garrincha) à Copa de 2014.